

.....

Agenda de Redução do Custo-Brasil



Grupo de Trabalho para a
Redução do Custo-Brasil

Junho de 2025

**Secretaria de Competitividade e
Política Regulatória**
Ministério do Desenvolvimento,
Indústria, Comércio e Serviços

Agenda de Redução do Custo-Brasil

Carteira de projetos aprovada pelos membros do GT-CB

ARCB:

Em set/23, o GT para a Redução do Custo-Brasil (GT-CB) aprovou a **Agenda de Redução do Custo-Brasil** para os 24 meses seguintes, abrangendo em uma **carteira de 41 projetos** no total, sendo:

- **14 projetos para execução intra-governo.**
- **7 projetos** prioritários no **Congresso Nacional.**
- **20 projetos** sendo desenvolvidos em **outros colegiados/frentes interministeriais.**

Como síntese dos avanços, tem-se:

- **6 projetos totalmente concluídos.**
- **3 lançados e sendo executados.**
- **8 projetos concluídos no Poder Executivo**, e sendo apresentados como PL no Congresso Nacional.
- **8 projetos** com entregas parciais.



Oito eixos temáticos:

EIXO	DESCRIÇÃO
1	Obrigações tributárias
2	Financiamento e garantias
3	Custo da energia elétrica
4	Custo do gás natural
5	Acesso a infraestrutura de transporte, logística e telecomunicações
6	Integração com a economia global
7	Meio ambiente e saneamento básico
8	Ambiente jurídico-regulatório

GT para a Redução do Custo-Brasil – objetivos de trabalho:

1

Alinhamento de prioridades entre o governo e o setor produtivo

A ARCB permite a construção desse alinhamento, sinalizando a importância de cada um dos seus itens

3

Monitoramento dos projetos prioritários

Transparência junto ao setor produtivo do andamento das iniciativas consideradas prioritárias

2

Construção e alinhamento intra-governo de iniciativas

A presença dos órgãos competentes em um mesmo grupo permite o alinhamento efetivo em torno das diversas propostas

4

Transparência ao setor produtivo

- Relatórios periódicos
- Fórum de interlocução governo-setor produtivo



Eixo 1: **Execução intra-governo**

Objetivos:

- Realização de **diagnósticos de consenso** intra-governo.
- Desenvolvimento de **propostas de consenso** intra-governo.
- Alinhamento em torno de minutas de **atos normativos**.



Eixo 2: **Ação Legislativa**

Objetivos:

- Atuação no **Congresso Nacional** por meio da Aspar e SRI.
- Atuação no **Congresso Nacional** por meio de Frentes Parlamentares.



Eixo 3: **Monitoramento**

Objetivos:

- Identificação do andamento de **projetos prioritários** sendo executados em outras frentes ou colegiados.
- Definição de **ações em torno de projetos em atraso**.

Outubro/23

Junho/25

Projetos para execução intra-governo:

- 14 projetos prioritários



Andamento:

- 7 concluídos:
 - 3 finalizados.
 - 4 no Congresso Nacional.
- 6 sob execução intra-governo.
- 1 em monitoramento.

Projetos para ação legislativa:

- 7 projetos prioritários



Andamento:

- 3 concluídos:
 - 1 finalizado.
 - 2 sendo regulamentados.
- 4 no Congresso Nacional

Projetos para monitoramento do GT-CB:

- 20 projetos prioritários



Andamento:

- 9 concluídos:
 - 2 finalizados.
 - 3 lançados e sendo executados.
 - 4 no Congresso Nacional.
- 11 em monitoramento.

Agenda de Redução do Custo-Brasil

Junho de 2025

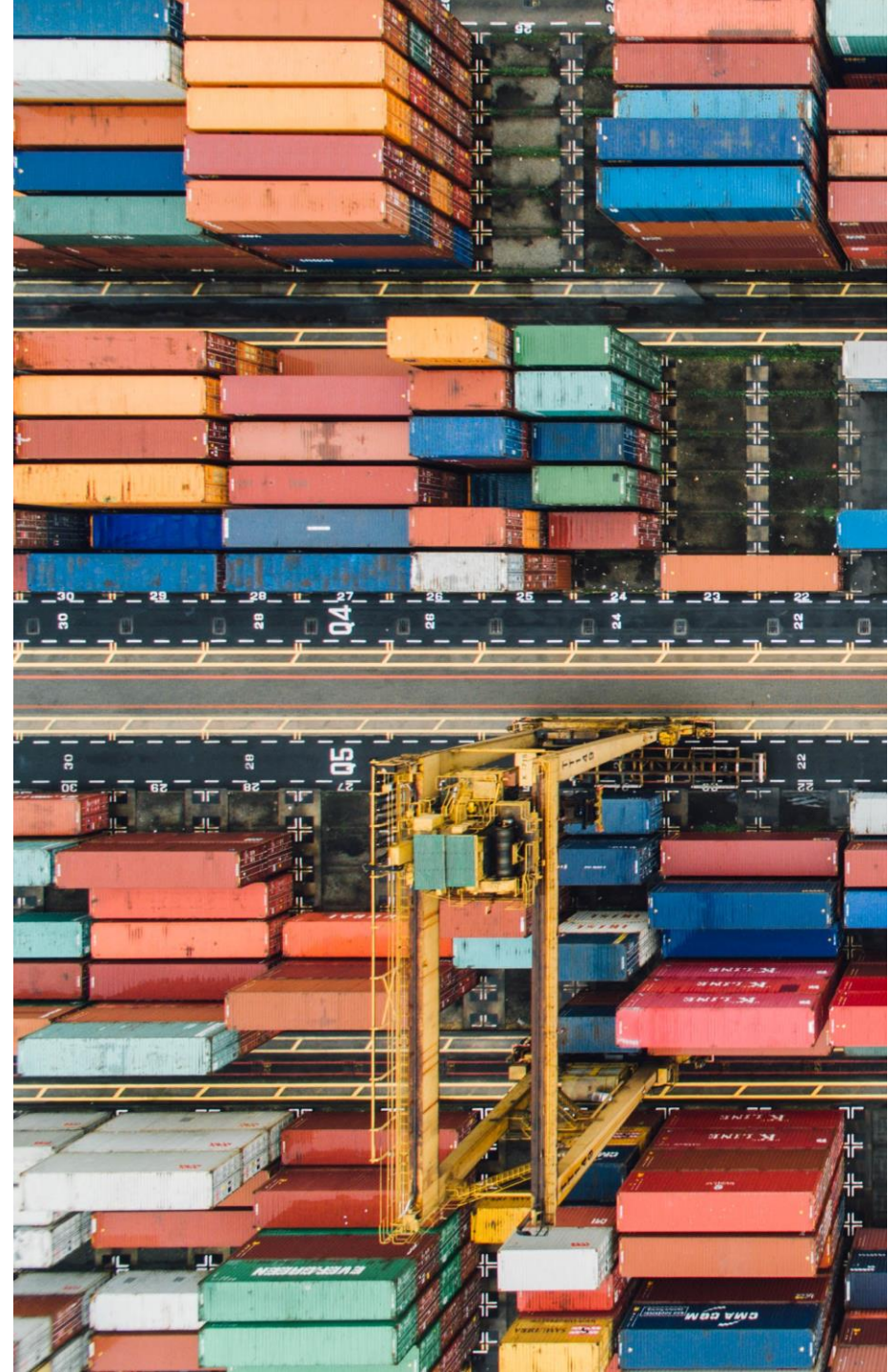
Síntese:

Outubro de 2023:

- 14 projetos sob execução intra-governo.
- 7 no Congresso Nacional.
- 20 em monitoramento.

Junho de 2025:

- 6 projetos finalizados.
- 3 lançados e sendo executados.
- 7 projetos sob execução intra-governo.
- 11 no Congresso Nacional.
- 16 em monitoramento.

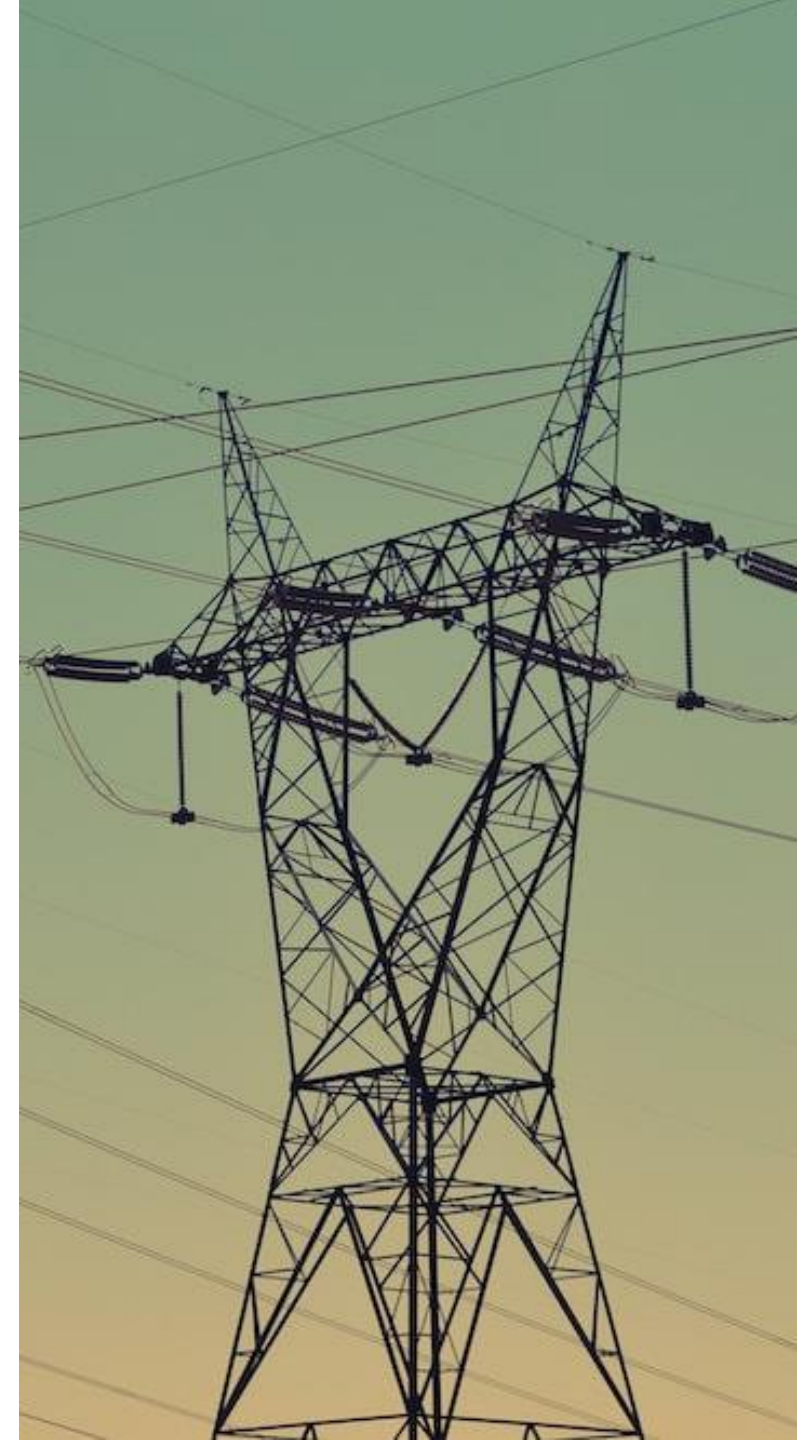


Agenda de Redução do Custo-Brasil

Junho de 2025

Roteiro:

1. Projetos **finalizados**.
2. Projetos **lançados e sendo executados**.
3. Projetos convertidos em Lei e **sendo regulamentados**.
4. Projetos intra-governo **inseridos no Congresso Nacional**.
5. Projetos em monitoramento **enviados ao Congresso Nacional**.
6. Demais **projetos no Congresso Nacional**.
7. Outros **avanços recentes** na Agenda de Redução do Custo-Brasil.



#	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO	ENTREGA	FINALIZAÇÃO	PRINC. ÓRGÃO RESPONSÁVEL
1	Debêntures de infraestrutura	O país tem elevada necessidade de investimentos no setor de infraestrutura. Porém, as restrições fiscais do setor público fazem com que seja necessário o desenvolvimento de novas fontes de financiamento e recursos para esses investimentos.	<ul style="list-style-type: none">Lei nº 14.801, de 2024.Decreto nº 11.964, de 2024.	Março/2024 (Decreto), Março/2025 (Portarias)	Casa Civil
2	Mapeamento de políticas internacionais de incentivo à Transição Energética.	Necessidade de maior compreensão das ações internacionais com vistas a maximizar os ganhos na cooperação com parceiros internacionais.	<ul style="list-style-type: none">Relatório.	Março/2024	MRE
3	Implementar o novo Sistema de Apoio Oficial à Exportação	Necessidade de retomar as operações do sistema de financiamento e garantia às exportações e aos investimentos brasileiros no exterior.	<ul style="list-style-type: none">Resolução CMN nº 5.103, de 2023.Resolução Gecex nº 580, de 2024.Resolução CMN nº 5.143, de 2024.	Junho/2024	SE-CAMEX/MDIC

Projetos finalizados (2/2)

#	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO	ENTREGA	FINALIZAÇÃO	PRINC. ÓRGÃO RESPONSÁVEL
4	Aprimoramento das condições de financiamento por parte do BNDES .	<ul style="list-style-type: none">• Possibilitar a redução e simplificação dos custos de financiamento do BNDES.• Revisar os juros dos financiamentos concedidos pelos BNDES com recursos do FAT e do FMM.	<ul style="list-style-type: none">• Lei nº 14.937, de 2024.• Resolução CMN nº 5.169, de 2024.	Agosto/2024	BNDES
5	Assegurar fontes de funding estáveis para os bancos de desenvolvimento .	<ul style="list-style-type: none">• Evitar que o financiamento ao desenvolvimento seja interrompido por falta de recursos.• Instituir a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD).	<ul style="list-style-type: none">• Lei nº 14.937, de 2024.• Resolução CMN nº 5.169, de 2024.	Agosto/2024	BNDES
6	Remover barreiras à entrada de novos investidores no mercado de gás natural .	<ul style="list-style-type: none">• Necessidade de ampliação de investimentos e de aumento de oferta no setor.	<ul style="list-style-type: none">• Decreto nº 12.153, de 2024.	Agosto/2024	GT-Gás para Empregar

Projetos lançados e sendo executados

#	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO	ATO NORMATIVO	LANÇAMENTO	PRINC. ÓRGÃO RESPONSÁVEL
1	Instituir regras para a racionalização do custo regulatório – Programa PRO-REG	<ul style="list-style-type: none">• Segundo o IBPT, são editadas, em média, cerca de 829 novas normas por dia útil.• Essas normas geram custos crescentes de conformidade para as empresas brasileiras.	<ul style="list-style-type: none">• Decreto nº 11.738, de 2023.	Outubro/2023	SCPR/MDIC
2	Aperfeiçoamento dos processos de autorização de TUPs (Programa Navegue Simples)	<ul style="list-style-type: none">• Necessidade de simplificação dos processos de autorização de terminais de uso privado (TUPs) nos portos brasileiros.	<ul style="list-style-type: none">• Decreto nº 12.078, de 2024.	Junho/2024	MPOR
3	Construir e implementar a Estratégia Nacional de Infraestrutura da Qualidade (ENIQ) .	<ul style="list-style-type: none">• Necessidade de adequação da regulação da infraestrutura da qualidade com base na proporcionalidade de riscos.• Necessidade de racionalização dos procedimentos de avaliação da conformidade.	<ul style="list-style-type: none">• Resolução Conmetro.	Maiio/2025	SCPR/MDIC

Projetos convertidos em Lei e sendo regulamentados

#	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO	ATO NORMATIVO	SANÇÃO	PRINC. ÓRGÃO RESPONSÁVEL
1	Instituir a regulação econômica da praticagem	<ul style="list-style-type: none">A praticagem constitui o terceiro principal componente de custos da cabotagem no Brasil, sendo que as restrições técnicas da atividade acarretam em falhas de mercado que necessitam de regulação.	<ul style="list-style-type: none">Lei 14.813/2024	Janeiro/2024	Marinha
2	Aprovar e regulamentar Projeto de Lei que institua o Mercado de Carbono no Brasil	<ul style="list-style-type: none">A precificação de carbono é parte importante para a estratégia de incentivo à redução das emissões dos gases de efeito estufa.	<ul style="list-style-type: none">Lei 15.042/2024	Dezembro/2024	MF

Projetos intra-governo inseridos no Congresso Nacional (1/2)

#	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO	ATO NORMATIVO	MOVIMENTO	PRINC. ÓRGÃO RESPONSÁVEL
1	Possibilitar a retomada das exportações de serviços	<ul style="list-style-type: none">Garantir marco regulatório que confira segurança jurídica para realização de novas operações de exportação de serviços	<ul style="list-style-type: none">PL 5.719/2023	Novembro/2023	SE-CAMEX/MDIC
2	Aprimoramento dos incentivos a investimentos produtivos no mercado de capitais	<ul style="list-style-type: none">No mundo desenvolvido, há um movimento no sentido de maior regulação de instrumentos financeiros com vistas a desincentivar atividades especulativas e a estimular investimentos produtivos. No caso do Brasil, o mercado de capitais possui participação estrangeira superior à de países semelhantes e é mais flexível em relação às chamadas negociações de alta-frequência.	<ul style="list-style-type: none">PL 2.925/2023	Dezembro/2023	MF

Projetos intra-governo inseridos no Congresso Nacional (2/2)

#	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO	ATO NORMATIVO	MOVIMENTO	PRINC. ÓRGÃO RESPONSÁVEL
3	Isonomia tributária nas compras governamentais	<ul style="list-style-type: none">O art. 150, VI, “a” da Constituição assegura imunidade tributária aos entes públicos, que assim não pagam IPI, PIS, COFINS e ICMS na importação de bens para a saúde. Contudo, esses tributos incidem sobre os fabricantes nacionais, elevando seus preços, enquanto os produtos importados permanecem livres dessa carga. Segundo a ABIMO, isso gera uma desvantagem de 35% a 38% para o produto nacional.	<ul style="list-style-type: none">Reforma Tributária	Dezembro/2023	MF
4	Aprimoramentos do sistema geral de garantias da economia brasileira.	<ul style="list-style-type: none">Há uma lacuna entre os bens detidos pelas MPE (bens móveis) e as garantias exigidas pelos financiadores (bens imóveis). A solução para esse problema requer aprimoramentos na legislação brasileira.	<ul style="list-style-type: none">PL 4/2025	Janeiro/2025	MF/SCPR-MDIC
5	Racionalizar os encargos setoriais incidentes sobre a tarifa de energia elétrica	<ul style="list-style-type: none">Os encargos setoriais representam hoje cerca de 13,7% da tarifa de energia elétrica, e, mais importante do que isso, apresentam um comportamento crescente: entre 2017 e 2022, os gastos reais da CDE apresentaram um aumento de cerca de 57%, representando R\$ 32 bilhões no último ano.	<ul style="list-style-type: none">MP 1300/2025	Maio/2025	MME/SCPR-MDIC

#	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO	PROJETO DE LEI	MOVIMENTO RECENTE	MOVIMENTO RECENTE (DATA)
1	Aprimorar a Política Nacional de Mobilidade Urbana , por meio de um novo Marco Legal do Transporte Público Coletivo	<p>É necessário rever pontos da legislação que tratam de:</p> <ul style="list-style-type: none">• modelos de contratação de serviços de transporte público coletivo;• instrumentos de financiamento ao setor; e• subsídios ao funcionamento desse tipo de serviço; e• integração entre os diferentes modais.	<ul style="list-style-type: none">• PL 3.278/2021	Aprovado no Senado, enviado à Câmara.	Dezembro/2024
2	Aprimorar a regulação do Operador Econômico Autorizado (OEA)	<ul style="list-style-type: none">• A regulação brasileira do OEA ainda não cumpre exigências do AFC da OMC e do Anexo Geral da Convenção de Quioto Revisada da Organização Mundial das Alfândegas (OMA).	<ul style="list-style-type: none">• PL 15/2024	Apresentado relatório na CDE da Câmara.	Dezembro/2024
3	Aprimorar marco regulatório do setor elétrico , assegurando a expansão do mercado livre	<ul style="list-style-type: none">• Restrições à figura do consumidor livre, criando barreiras à concorrência no setor e à possibilidade de redução de custos por parte das empresas.	<ul style="list-style-type: none">• MP 1300/2025	Enviado ao Congresso Nacional	Maiio/2025
4	Aprovar e regulamentar a Reforma Tributária da renda , com texto que acarrete uma maior competitividade por parte da economia brasileira	<ul style="list-style-type: none">• Carga tributária acima do comparativo internacional (34%, ante a média da OCDE de 23%), reduzindo a competitividade e atratividade para os investimentos.	<ul style="list-style-type: none">• PL 1.087/2025	Iniciados os trabalhos da Comissão Especial	Maiio/2025

#	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO	PROJETO DE LEI	MOVIMENTO RECENTE	MOVIMENTO RECENTE (DATA)
1	Aprovar e regulamentar a Reforma Tributária do consumo , com o menor número possível de exceções à alíquota geral	<ul style="list-style-type: none">Cumulatividade dos tributos ao longo da cadeia produtiva.Excesso de litigiosidade resultante da complexidade tributária.	<ul style="list-style-type: none">PLP 108/2024	Aprovado na Câmara, enviado ao Senado. Na CCJ do Senado.	Novembro/2024 (Aprovação na Câmara)
2	Prevenção de litígios tributários 1	<ul style="list-style-type: none">A complexidade tributária se reflete no contencioso, produzindo efeitos negativos sobre os investimentos e a competitividade das empresas brasileiras.	<ul style="list-style-type: none">PLP 124/2025	Aprovado no Senado, enviado à Câmara. Aprovado na CFT, está na CCJC.	Junho/2025
3	Prevenção de litígios tributários 2	<ul style="list-style-type: none">Estudo do Insper estima que o contencioso tributário brasileiro teria alcançado o equivalente a cerca de R\$ 5,44 trilhões, em 2019, magnitude correspondente a 75% do PIB brasileiro.	<ul style="list-style-type: none">PLP 125/2025	Apresentado Relatório para o Plenário do Senado.	Dezembro/2024

Demais Projetos no Congresso Nacional (2/2)

#	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO	PROJETO DE LEI	MOVIMENTO RECENTE	MOVIMENTO RECENTE (DATA)
4	Aprimoramento da regulação referente a licenciamento ambiental	<ul style="list-style-type: none">• Superposição de competências.• Falta de clareza de procedimentos.• Insegurança jurídica, até mesmo após a obtenção da Licença Ambiental.	<ul style="list-style-type: none">• PL 2.159/2021	Aprovado na Câmara e no Senado, retornou à Câmara.	Maio/2025
5	Reforma da Lei do Bem	<ul style="list-style-type: none">• Ampliação do escopo de empresas beneficiadas.	<ul style="list-style-type: none">• PL 2.838/2020, PL 4.944/2020	Na CAE do Senado, e na CCTI da Câmara.	Junho/2024
6	PL de Concessões e PPPs	<ul style="list-style-type: none">• O PL visa modernizar o arcabouço legal frente aos desafios atuais de infraestrutura e financiamento, incorporando inovações regulatórias, procedimentais e contratuais.	<ul style="list-style-type: none">• PL 7.063/2017	Aprovado no Senado e na Câmara, retornou ao Senado.	Maio/2025

Outros avanços recentes na Agenda de Redução do Custo-Brasil (1/3)

#	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO	ENTREGA PARCIAL	MOVIMENTO RECENTE	PRINC. ÓRGÃO RESPONSÁVEL
1	Realizar acordos comerciais com parceiros estratégicos (Acordo Mercosul-UE).	<ul style="list-style-type: none">Necessidade de acesso a mercados de forma mais ampla, para possibilitar a inserção competitiva das empresas brasileiras no mercado internacional.	Acordo Comercial Mercosul-União Europeia (em fase de ratificação).	Dezembro/2024	MRE/Secex-MDIC
2	Remover barreiras à navegação hidroviária .	<ul style="list-style-type: none">O transporte hidroviário é o modal de transporte mais importante na região Norte e apresenta significativo potencial no país. Para tal, fez-se necessário remover entraves regulatórios e atrair investimentos.	Primeira etapa do diagnóstico, voltada à identificação dos principais desafios institucionais e regulatórios da navegação interior no Brasil.	Junho/2025	MPOR/SCPR-MDIC
3	Viabilizar a efetivação dos investimentos para a universalização dos serviços de saneamento básico .	<ul style="list-style-type: none">O desenho adequado da regionalização é fundamental para a viabilidade econômica dos serviços de saneamento básico ao longo do país.Os projetos de regionalização são aprovados no âmbito do CISB, do qual o MDIC faz parte.	Decreto institucionalizando as condições de acesso a recursos federais no âmbito do Marco Legal do Saneamento Básico.	Junho/2025	CISB

Outros avanços recentes na Agenda de Redução do Custo-Brasil (2/3)

#	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO	ENTREGA PARCIAL	MOVIMENTO RECENTE	PRINC. ÓRGÃO RESPONSÁVEL
4	Regulamentar o Marco Legal de Ferrovias (Lei 14.273/2021).	<ul style="list-style-type: none">Dos 34 itens do Marco Legal que necessitam de regulamentação, apenas cinco já o haviam tido (no primeiro semestre de 2023).	Apenas para citar a mais recente: <ul style="list-style-type: none">Resolução ANTT 6.058/2024: regulamenta art. 26 § 4º, art. 28 II, e art. 67.	Dezembro/2024	ANTT
5	Regulamentar o Marco Legal de Cabotagem (Lei 14.301/2022).	<ul style="list-style-type: none">Por falta de regulamentação, ainda não foi possível realizar o afretamento de embarcações a tempo pelas modalidades previstas na Lei.	Decreto regulamentando a Lei, acompanhado de duas portarias: <ul style="list-style-type: none">uma que definirá as cláusulas essenciais para contratos de afretamento de longo prazo;outra voltada à regulamentação de embarcações sustentáveis no âmbito do programa.	Julho/2025	MPOR

#	AÇÃO	PROBLEMA A SER RESOLVIDO	ENTREGA PARCIAL	MOVIMENTO RECENTE	PRINC. ÓRGÃO RESPONSÁVEL
6	Reduzir o custo de financiamento de projetos de infraestrutura.	<ul style="list-style-type: none">• A estruturação de projetos de infraestrutura é uma atividade com inerentes complexidades (projetos de longo prazo, com impacto social e ambiental, riscos associados, contratos incompletos, setores e regulação com diferentes níveis de maturidades).• Para que o setor privado tenha segurança para a realização de investimentos, existe a necessidade de transparência e clareza de informações relativas aos diversos projetos.• Com esse objetivo, propõe-se a implantação do Marco Brasileiro da Infraestrutura Sustentável, composto por três elementos principais:<ul style="list-style-type: none">○ Marco Geral da Infraestrutura Sustentável;○ Marcos Setoriais;○ Sistema de Qualificação da Infraestrutura Sustentável.	<ul style="list-style-type: none">• Compatibilização do Marco Geral da Infraestrutura Sustentável com outras referências internacionais.• Versões preliminares dos Marcos Setoriais:<ul style="list-style-type: none">○ Parques e Florestas;○ Transportes e Logística;○ Saneamento básico;○ Energia Elétrica.	Junho/2025	SCPR-MDIC

Agenda de Redução do Custo-Brasil

Junho de 2025

Projetos para 2025 com potencial de apoio do setor privado:

- **Setor elétrico** (MP 1300/2025 e outros projetos):
 - **Ampliação do mercado livre.**
 - **Racionalização dos encargos.**
 - Importante: apoio contra jabutis inseridos no Congresso.
- **Licenciamento Ambiental** (PL 2.159/2021).
- PL de **Concessões e PPPs.**

Revisão da Agenda:

- A ARCB está alcançando seus 24 meses, e por isso demanda **revisão**:
 - Avaliação do progresso.
 - Análise das entregas realizadas.
 - **Atualização da Agenda.**



**SECRETARIA DE COMPETITIVIDADE E
POLÍTICA REGULATÓRIA**

**DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E
MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS**

MAIS INFORMAÇÕES, FAVOR CONTATAR
+ 55 61 2027-8292 / 7717 / 7240



Grupo de Trabalho para a
Redução do Custo-Brasil

MINISTÉRIO DO
**DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA
COMÉRCIO E SERVIÇOS**

